



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Ata da Vigésima Audiência Pública da Frente Parlamentar sobre o Pedágio, realizada na Assembleia Legislativa em 13/04/2022

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, iniciou-se a Audiência Pública da Frente Parlamentar sobre o Pedágio no Paraná, realizada de forma semipresencial, com participação dos Deputados e Palestrantes do ITTI/UFPR na Sala das Comissões da ALEP, e participação remota das Autoridades e Cidadãos pelo aplicativo *zoom* e com transmissão pelo *site* da Assembleia Legislativa, através de seus canais nas plataformas do *Facebook* e *Youtube*, e pela TV Assembleia, para apresentação do 2º Relatório referentes aos estudos realizados pelo Instituto de Transporte e Tecnologia da Infraestrutura da Universidade Federal do Paraná - ITTI/UFPR, sobre a modelagem econômica da nova concessão de rodovias paranaenses. Presentes Deputados Estaduais Luiz Cláudio Romanelli, Plauto Miró, Tião Medeiros, Evandro Araújo, Mabel Campos, Soldado Adriano, Solado Fruet, Maria Victória, Boca Aberta Júnior, e o ex-Deputado Subtenente Everton. O Deputado Arilson Chiorato, proponente e Coordenador da Frente Parlamentar de Encerramento dos Contratos de Pedágio abriu a audiência agradecendo a todos os presentes e ao Dep. Romanelli, Primeiro Secretário, frisando que não é uma frente parlamentar composta por Deputados da oposição e ao Instituto Tecnológico de Transporte e Infraestrutura da Universidade Federal do Paraná, na pessoa dos professores Roberto Gregório da Silva e Cristiano Covale, agradeceu também aos palestrantes Doutrores Fábio Scatolin e Eduardo Ratton e por fim, ao amigo Luiz Antonio Fayet. Passada a palavra para o 1º Secretário Luiz Cláudio Romanelli, agradeceu aos presentes e enalteceu os trabalhos realizados pela Frente Parlamentar, esclareceu quer os palestrantes irão falar de forma sucinta os estudos desenvolvidos em três volumes (que serão disponibilizados na página da ALEP, campo frentes parlamentares), da nova modelagem proposta pelo Governo Federal, pela ANTT e pelo Ministério da Infraestrutura, frisando que não há justificativa para que a tarifa aumente em 40% (quarenta por cento), que as praças de pedágios devem ser melhor localizadas, evitando obstáculos para o desenvolvimento das cidades. Em relação ao novo contrato de concessão, deverá ser um modelo justo, sem riscos de a tarifa não baixar, ressaltou a participação do Tribunal de Contas da União – TCU, junto aos estudos do ITTI/UFPR e destacou a ausência de participação dos oitenta e sete municípios ao longo do processo de implantação das praças de pedágio. Passada a palavra ao Prof. Dr. Fábio Scatolin, que iniciou a sua



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

apresentação comparando o fim do contrato com o novo, demonstrando que o Capex é de sete anos (infraestrutura a ser realizada pela nova concessionária), que a tabela de valores apresentada é do ano de 2021 e que se considerar os índices de atualização atual, ficar-se-á na média de 18% ou 19%, restando demonstrado que toda a infraestrutura acaba por onerar a tarifa de pedágio. Afirmou que existe a possibilidade de alteração do índice inflacionário para IGP-M. Apresentou com dados os deságios e aportes financeiros que ocorrerão durante o processo licitatório (modelo leilão híbrido), que no final quem será penalizado é o consumidor final, que pagará por uma tarifa mais cara, sugerindo o modelo com caução e não o aporte financeiro, para a garantia da execução das obras. Afirmou que não há elementos suficientes para justificar o degraú tarifário apresentado no modelo do pedágio. Relatou o aumento de praças de pedágio de 28 para 41, ou seja, aumento de 15 novas praças. Afirmou também, que se as planilhas de cálculos fossem disponibilizadas para análise, poderiam confirmar a veracidade dos valores. Passada a palavra ao Prof. Dr. Eduardo Ratton, que fez uma apresentação voltada aos aspectos de engenharia. Alertou sobre a iniquidade entre as praças de pedágios, afirmando que o ideal é de 100 km entre uma praça e outra. Que as já existentes deixaram de ser analisadas para serem realocadas. Afirmou que 87 municípios serão afetados pelas obras. Finalizou com a sugestão de uma análise de 5km para mais ou para menos na localização de cada praça. Passada a palavra para o Prof. Cristiano, o qual relatou os impactos das obras nas cidades, ex: próximo armazém de produtos químicos, passagem de linha férrea, casas lindas. Sugerindo a adequação dos locais para as novas implantações, estudos de impactos de vizinhanças, já que não foram escolhidos os melhores lugares para serem realizadas as obras, sendo os moradores diretamente afetados e não consultados. E reforçou que é importante que estes oitenta e sete municípios sejam consultados, especialmente para que haja melhor localização das praças e para que impactos urbanísticos sejam prevenidos, inclusive com a avaliação sobre as intervenções de obras com os impactos dos novos planos diretores. Fizeram o uso da palavra, demonstrando as preocupações com o novo modelo de pedágio, na seguinte ordem: - Dep. Plauto Miró; - Dr. Eduardo Ramos Caron Tesseroli – representando OAB/PR; - Dep. Tião Medeiros; - Dr. Marcelo Salomão Czelusniak – representando MP/PR; - Dep. Evandro Araújo; - Prof. Luiz Antonio Fayet - economista, membro do Conselho Regional de Economia no Paraná (CORECON) ; - Dep. Mabel Canto; - Maria de Fátima Siqueira –



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Arquidiocese de Maringá; - Dep. Soldado Adriano; - Bruno Bux – Movimento Lapa contra o Pedágio; - Dep. Soldado Fruet; - Keila Ávila – moradora de Ponta Grossa; - Vivianeli Araújo – representando Tribunal de Contas do Estado do Paraná TCE/PR; - Ex-Dop. Subtenente Everton; - Dr. Edilson Avilar – ASSOCIPAR; - Sergio Lopes Belich – Prefeito de Palmeira; - João Arthur Casado – ACIAP Jovem; - Giovani Hnatuw – Prefeito de Corbélia; - Vereador Jairo Camura – Presidente da Câmara Municipal de Londrina; Passada a palavra para o Dep. Arilson Chiorato, que apresentou os questionamentos apresentados pelos participantes. Passada a palavra para o Dep. Romanelli, que respondeu às perguntas. Devolvido a palavra ao Dep. Arilson Chiorato, que fez um resumo de toda a audiência pública, e procedeu os seguintes encaminhamentos, que foram feitos em entendimento de todos os presentes: **Encaminhamentos práticos:** **a)** Solicitar Planilha Financeira do Projeto Paraná. **b)** Solicitar avaliações de impacto das obras nos Municípios, e seus impactos de zoneamento e mobilidade urbana - envolver os Municípios Interessados e Entidades de Representação dos Municípios; **c)** Com base na proposta do Ministério Público, exigir que seja apresentada previamente a matriz de risco, com os possíveis impactos dos investimentos não realizados e das ações judiciais em curso, para o TCU, para o Ministério Público Federal e o Ministério da Infraestrutura e Governo do Estado do Paraná. **d)** Avaliar a nova contagem feita por consultores técnicos e incluída neste 2º Relatório e sejam avaliadas as representações feitas para ANTT, Ministério e TCU pelas entidades. **e)** Incluir nos Estudos e nas ações da Frente Parlamentar medidas concreta de justiça tarifária para moradores de municípios sede de praças de pedágio, com descontos ou isenções. **Encaminhamento político:** **a)** Realizar nova reunião dos Deputados da Frente Parlamentar **b)** Avaliar nova representação no TCU com base neste novo relatório da Consultoria. Declarou-se encerrada a reunião. Assim se lavrou a Ata, que segue assinada pelo Coordenador da Frente Parlamentar sobre o Pedágio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Arilson Chiorato.

Deputado Estadual Arilson Chiorato